

## Memórias e Silêncios: Solidariedades transfronteiriças no pós-guerra de Espanha

MARIA DULCE ANTUNES SIMÕES<sup>1</sup>

### RESUMEN

*Este artículo entrecruza la Antropología y la Historia, analizando la importancia de las memorias para individuos y grupos marginalizados del poder, interpretando a su vez las consecuencias sociales de la pos-guerra en una familia marcada por el estigma de rojo. La zona fronteriza de Barrancos y Oliva de la Frontera encierra el espacio de la ruralidad, adonde los acontecimientos impusieron una violenta ruptura social, desagregando y subyugando individuos y grupos. A partir del presente, entrelazamos memorias y documentos, temporalmente focalizados en el contexto socio-político de la pos-guerra de España, confrontando acciones de interdependencia y solidaridades, que fortalecieron sobremanera la interacción social en la frontera Hispano-Portuguesa.*

**PALABRAS CLAVE:** Memoria/pos-guerra de España/relaciones transfronterizas/represión social/resistencias.

### ABSTRACT

*This article intertwines Anthropology and History, analyzing the importance of memoirs to both individuals and power marginalized groups, through an interpretation of the social consequences of the postwar period in a family marked by the stigma of rojo. The border area comprising Barrancos and Oliva de la Frontera encloses a space of rurality, where the conflict imposed a violent social rupture, dismantling and subjugating individuals and groups. Temporally focused on the social and political context of postwar in Spain, we are able to interweave, from the present time, memories and documents confronting acts of interdependency and solidarity, which greatly fortified the social interaction in the Spanish-Portuguese border.*

**KEYWORDS:** Memory/postwar in Spain/border relationships/social repression/resistances

---

<sup>1</sup> Doutoranda de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Investigadora do FCSH/CRIA: <http://www.cria.org.pt/index.php>. Investigadora do projecto: "El Discurso Geopolítico de las Fronteras en la Construcción socio política de las Identidades Nacionales: El caso de la frontera hispano-portuguesa en los siglos XIX y XX".

## INTRODUÇÃO

A recuperação da memória de indivíduos e grupos subalternizados dos processos hegemónicos do poder representam uma fonte oral singular, e um recurso político para o conhecimento de contextos históricos e sociais marcados pela repressão. Neste processo, o uso do método biográfico revela-se como uma fonte fundamental para a configuração de um novo objecto de estudo, “y una perspectiva epistemológica diferente en el ámbito de las ciencias sociales y humanas”<sup>2</sup>. Mas não se reduz à compilação de narrativas e posterior ordenação cronológica do quadro sociocultural dos sujeitos, como uma “ilusão biográfica”<sup>3</sup>, exige uma análise reflexiva e comparativa com outras fontes, orais e documentais.

*“Ni la Antropología es Historia en sentido estricto ni la Historia es Antropología, pero precisamente por eso es posible y remunerante analíticamente hacerse en mutualidad, pasar de una a otra, escuchar una y otra voz, movernos de modo a modo, de género a género”<sup>4</sup>.*

Neste sentido o antropólogo é também um historiador, ao ser interpelado por textos etnográficos e históricos “que deben ser desvelados en su sentido e intencionalidad”<sup>5</sup>. Questionando os seus informantes, na sua tarefa de investigar “documentos humanos”<sup>6</sup>, e questionando igualmente os documentos, “testemunhas, que só falam quando as interrogamos”<sup>7</sup>, como afirmou Marc Bloch. Se por um lado os documentos oficiais, construídos por pessoas vinculadas a instituições, assinalam a narrativa do poder, registando procedimentos, fixando leis, justificando decisões, inscrevendo ou silenciado indivíduos na

---

<sup>2</sup> PUJADAS, Joan J. (2000): “El método biográfico y los géneros de la memoria”, in *Revista de Antropología Social*, 9:157

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre (2001): “A Ilusão Biográfica”, in *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, pp. 53-59.

<sup>4</sup> LISÓN-TOLOSANA, Carmelo (1996): “Antropología e Historia: diálogo intergenérico”, in *Revista de Antropología Social*, 5:180. Em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistas/cps/1131558x/articulos/RASO9696110163A.PDF> (4/6/2007)

<sup>5</sup> MONCÓ, Beatriz (2000): “Antropología e Historia: un diálogo interdisciplinar”, in *Revista de Antropología Social*, 9:174

<sup>6</sup> GRIAULE, Marcel (1969): *El Método de la Etnografía*, Buenos Aires, Editorial Nova, p. 19.

<sup>7</sup> BLOCH, Marc (1997): *Introdução à História*, Mem Martins, Publicações Europa América, p. 231.

História. Por outro, as memórias autobiográficas revalorizam práticas e acontecimentos desvalorizados pelo poder dominante, permitindo-nos compreender a visão dos indivíduos, a “história vivida”. Arlette Farge (2002) diz-nos que a memória do acontecimento, para os que o viveram, informa o investigador sobre aquilo que lhe é mais difícil de alcançar; encontrar a maneira sensível, social e política onde os outros reconstruíram o acontecimento, onde se reconheceram nele, ou onde o rejeitaram inexoravelmente<sup>8</sup>. Desta forma a memória possibilita o conhecimento sobre a acção dos indivíduos excluídos da História, enriquecendo sobremaneira o trabalho histórico e etnográfico, “sirviendo a la vez de impugnación de los modelos autoritarios y unidireccionales de interpretación social”<sup>9</sup>.

A partir do presente reconstruímos acontecimentos passados, resgatando memórias e documentos desse mesmo passado. Mas se por um lado os documentos se mantêm temporalmente inalteráveis, as memórias reconstroem-se no presente da rememoração, pela oralidade ou pela escrita. As memórias autobiográficas estão vinculadas ao presente, reproduzindo os condicionalismos e interpretações atribuídas pelos indivíduos às suas vivências e práticas passadas. A recordação, como nos diz Halbwachs, “é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente”<sup>10</sup>, mas também “uma imagem engajada em outras imagens, uma imagem genérica reportada ao passado”<sup>11</sup>. Resultando num conjunto de recordações em que “a memória representa o passado e o presente ligados entre si, coerentes um com o outro”<sup>12</sup>. Sendo a partir desse passado, incorporado na vida dos homens, que se constrói a memória autobiográfica como nos diz Paul Connerton:

*“É uma construção de um esquema, de uma codificação, que nos permite discernir e, por isso, recordar. (...) O código semântico é a dimen-*

---

<sup>8</sup> ARLETTE FARGE: “Penser et définir l'événement en histoire”, Terrain, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement? (mars 2002), [En ligne], mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Consulté le 20 juin 2007.

<sup>9</sup> PUJADAS, Joan J. (2000): “El método biográfico y los géneros de la memoria”, in *Revista de Antropología Social*, 9:129.

<sup>10</sup> HALBWACHS, Maurice (2004): *A Memória Colectiva*, São Paulo, Centauro Editora, pp. 75-76.

<sup>11</sup> *Obra citada*, pp. 77-78.

<sup>12</sup> FENTRESS, James & WICKHAM, Chris (1994): *Memória Social, novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, p. 39.

*são dominante (...) está organizada hierarquicamente, por tópicos, e integrado num único sistema, de acordo com uma visão global do mundo e das relações lógicas que nele se observam. O código verbal é a segunda dimensão e contém toda a informação e os programas que permitem a preparação de expressão verbal. O código visual é a terceira dimensão. Itens concretos, facilmente traduzidos em imagens, retêm-se muito melhor na memória do que itens abstractos, porque esses itens concretos sofrem uma dupla codificação, tanto em termos visuais como de expressão verbal”<sup>13</sup>.*

Por outro lado, a memória pode sofrer alterações ao longo do tempo, pela integração de novos discursos ou novos conhecimentos, mas será sempre seleccionada a partir de um conjunto potencialmente infindável de memórias possíveis, “pela sua relevância para os indivíduos que recordam, e pelo seu contributo para a construção da identidade e das relações pessoais”<sup>14</sup>. Considerando que a memória individual é construída e estruturada em identidades de grupo, ou seja, a origem das ideias, das reflexões, dos sentimentos e das paixões, atribuídas às nossas memórias são construídas tomando como referência uma memória colectiva<sup>15</sup>.

A vivência em vários grupos sociais sustenta a nossa memória autobiográfica, mas igualmente importante são as percepções acrescentadas pela memória histórica, porque “os quadros colectivos da memória não se resumem a datas, nomes e fórmulas, representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos o nosso passado, atravessado por tudo isso”<sup>16</sup>. Para Halbwachs, paralelamente a uma história escrita existe uma “história vivida”, perpetuada ou renovada através do tempo, onde é possível reencontrar outras correntes de pensamento e outras experiências aparentemente desaparecidas, igualmente importantes ao conhecimento das sociedades. Por isso a urgência em preservar essas recordações fixando-as por escrito, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

---

<sup>13</sup> CONNERTON, Paul (1999): *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, p. 31.

<sup>14</sup> FENTRESS, James & WICKHAM, Chris (1994): *Memória Social, novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, p. 112.

<sup>15</sup> HALBWACHS, Maurice (2004): *A Memória Colectiva*, São Paulo, Centauro Editora, pp. 51-52

<sup>16</sup> *Obra citada*, p. 71.

O valor da memória reside igualmente na dimensão simbólica atribuída pelos sujeitos, considerando que “a memória não é estável como informação; mas ao nível dos significados partilhados e das imagens recordadas”<sup>17</sup>. Como referem Fentress e Wickham, sempre que recordamos construímos uma representação de nós próprios, e para aqueles que nos rodeiam, “na medida em que a nossa natureza, o que realmente somos, se pode revelar de um modo articulado, somos aquilo de que nos lembramos”<sup>18</sup>. Mais, as memórias devem ser entendidas com reflexo da dimensão humana e dos quadros sociais que conferem sentido e significado à existência dos indivíduos.

Neste trabalho partimos das memórias autobiográficas de Fermín Velázquez, entretecidas por outras memórias e documentos, tentando reconstruir o quadro das relações sociais entre portugueses e espanhóis no contexto político e social do pós-guerra de Espanha. Numa conjuntura marcada pela violência política, na qual emergem estratégias de resistência em ambos os lados da fronteira, configurando solidariedades assentes em lealdades distintas, forjadas no processo de interação social entre as gentes da raia. Neste processo, o silêncio e o olvido revelam-se como estratégias de sobrevivência quotidiana, mas a memória permanece, apesar de sujeita a mecanismos de repressão social.

### AS MEMÓRIAS DE UM CABO CARABINEIRO FIEL À REPUBLICA

Numas folhas soltas, do que outrora fora um livro de Razão de Contabilidade, Fermín Velásquez escreveu as suas memórias ao ritmo do pensamento e das emoções, o que talvez explique a escassa pontuação, pois o pensamento de um homem não tem pontos nem vírgulas, como um dia argumentou José Saramago. A maior parte do texto está escrita nas páginas do “Haber”, assinalando simbolicamente o balancete da sua vida, correspondente a uma obrigação contraída em 1936, ao permanecer fiel ao Cuerpo de Carabineiros e à Republica. O compromisso de que era credor, assim como milhares de compatriotas, havia de ser saldado um dia, *cuando entrara el Rey*, alimentando a esperança de recuperar os seus direitos de cidadão, violenta-

---

<sup>17</sup> FENTRESS, James & WICKHAM, Chris (1994), *Memória Social, novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, p. 79.

<sup>18</sup> *Obra citada*, p. 20.

mente usurpados pelo golpe militar e pela ditadura de quarenta anos. Morreu esperando, no silêncio, sem reconhecimento, sem viver numa sociedade democrática pela qual tinha lutado e na qual nunca deixou de acreditar, mesmo quando em 1940 cumpria uma pena de 30 anos de prisão<sup>19</sup>.

### La Espera

(...) En el mar de nuestra vida, ha estallado una tormenta  
Yo soy la nave que cruza, estas aguas turbulentas  
Es mi farol la esperanza, y tú el puerto que me espera  
Llegaré a ti, no lo dudes, cuando cese la marea  
En el palo bien izada mi más gallarda bandera  
Y he voy traerte el regalo, de unas ilusiones nuevas  
Que borrarán la memoria de la presente tristeza. (...)

Este excerto de uma poesia escrita na prisão de Larrinaga, em Bilbao, dedicada a sua mulher, representa a esperança e a coragem de um resistente nunca “vencido”, como testemunham as palavras de seu filho Jacinto:

*Él ha sido siempre muy sumiso, se ha aguantado, aguantado, aguantado... A mi me decía, cuando chiquinino, que cuando entrara el rey todos los derechos nos tienen que dar, todos los millones de pesetas nos tienen que dar. Siempre, de pequeñito hasta que yo ya estaba casado y todo, y mi padre: “no te preocupes, porque cuando entre el rey voy a tener todos mi derechos”. (Jacinto)<sup>20</sup>*

Fermín Velázquez nasceu em Oliva de la Frontera a 3 de Março de 1897, primeiro filho de Juan e Josefa. Aos 21 anos de idade alistou-se como soldado voluntário no Regimento de Infantaria de Castilla 16, onde permaneceu até

---

<sup>19</sup> Em 1940 o número de presos era de 280.000, segundo “El breve resumen de la obra del Ministerio de Justicia por la pacificación espiritual de España, 1946”. MORENO, Francisco (1999): “La represión en la posguerra”, in *Victimas de la guerra civil*, (coord. de Santos Juliá), Madrid, *Temas de Hoy*, p. 288.

<sup>20</sup> Jacinto nasceu em Oliva de la Frontera em Setembro de 1944 e apenas conheceu o pai em 1948, após o regresso da prisão de Puerto de Santa Maria. Excerto da entrevista realizada em Badajoz, a 4 de Outubro de 2008.

1920, ingressando no Cuerpo de Carabineros a 3 de Novembro do mesmo ano. A 23 de Setembro de 1924 casou com Valeriana García, de 21 anos de idade, natural da mesma vila, de quem teve seis filhos. A 1 de Agosto de 1926 foi promovido a cabo carabineiro, patente militar indissociável do seu nome<sup>21</sup>. A 29 de Julho de 1933 assinou o compromisso de ser “fiel a la Nación y leal al Gobierno de la Republica”<sup>22</sup>, e quando deflagrou o golpe militar de 18 de Julho de 1936 cumpriu o seu juramento.

*“Una vez relatado el movimiento contra la República fuimos llamados por el Jefe de la Comandancia de Carabineros que nos incorporásemos a la misma al objeto de unirnos a la Columna que habla de formar el Coronel Puigdendolas”.* (Fermín Velázquez)<sup>23</sup>

Integrado na coluna militar do general Puigdendolas<sup>24</sup> participou na defesa de Santos de Maimona contra o avanço das forças nacionalistas, chefiando a única secção de carabineiros que actuou nesta ofensiva militar e presenciado a

---

<sup>21</sup> Em nota confidencial o tenente Seixas dava conhecimento ao Comando Geral da Guarda Fiscal sobre o movimento de refugiados republicanos na fronteira: “existem alguns de relativa importância, como seja alguns alcaides e um cabo de carabineiros com grandes feitos comunistas,” referindo-se indirectamente ao cabo Fermín Velázquez. Arquivo Histórico Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-1. Nota confidencial n.º 60, de 20 de Setembro de 1936.

“Este comité, (Comité de Defensa de Oliva) organizó una milicia de 300 hombres dirigidos por el cabo de carabineros Fermín Velázquez”. Valero, Antonio (2007), “La Guerra Civil en Oliva de la Frontera, 1936-2006, 70 años de silencio y miedo”, in *Revista Ferial de Septiembre*, Ayuntamiento de Oliva de la Frontera, p. 47. Espinosa, Francisco (2003), *La Columna de la Muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*, Barcelona, Crítica, p. 192.

“Fermín Velázquez Vellarino, cabo carabineiro, sem antecedentes penais e de ideologia esquerdista, abandonou o posto de Pozo Campo que comandava, para se constituir como chefe de ‘las Turbas Rebeldes’ por determinação do Governador Civil de Badajoz.” Excerto do processo Sumarísimo de Urgencia n.º 32.452, Ministerio del Interior, Guarda Civil, Expediente de Fermín Velázquez Vellarino, p. 15.

<sup>22</sup> Ministerio del Interior, Guarda Civil, Expediente de Fermín Velázquez Vellarino, pp. 11-12.

<sup>23</sup> Excerto das memórias manuscritas de Fermín Velázquez, gentilmente cedidas por sua filha Gracia.

<sup>24</sup> Comandante militar de Badajoz desde el 25 de julio de 1936, organizó la defensa de la provincia y de la ciudad. Apresado durante unas horas el 6 de agosto de 1936 por una sublevación de la guarnición de Badajoz, fue herido levemente por la metralla de un bombardeo en el antebrazo izquierdo. Tras recuperar el mando de las tropas, continuó con su labor ante el inminente ataque del Ejército de África. El 13 de agosto de 1936 los rebeldes tomaron posiciones próximas a la ciudad, tomándola al día siguiente. El 14 de agosto por la mañana, Puigdendolas y otros

deserção dos oficiais no terreno, nomeadamente do seu capitão. Na defesa de Badajoz foi comandado pelo capitão Luis Suárez Codes, fiel à Republica até à fuga para Portugal depois da tomada da cidade pelos nacionalistas. Aliás, o Comando de Carabineiros da Província de Badajoz, dirigido pelo tenente-coronel Antonio Pastor Palácios, manteve-se leal ao governo republicano, salvo algumas excepções. Como escreveu Francisco Espinosa: “el alma del Badajoz republicano y antifascista estuvo constituido por carabineros y milicianos, lo que sería recogido en las propias sentencias de los consejos de guerra”<sup>25</sup>.

Após a queda de Badajoz Fermín Velázquez regressa ao seu posto fronteiriço de Pozo Campo em Oliva de la Frontera, sendo nomeado pelo Alcalde para restabelecer a ordem pública e organizar a resistência. Durante este período conturbado organizou e chefiou uma coluna militar composta por milicianos e militares fiéis à Republica, tentando manter a esperança, abalada pela violenta dominação nacionalista.

*“Se organizó un Escuadrón de Caballería con los carabineros y milicianos con los que nos encontrábamos por todas partes en constante movilidad en espera de que nos llegasen refuerzos y a pesar de que nunca nos llegaran las autoridades portuguesas nos bautizaron con el nombre de “Columna Fantasma”. (Fermín Velázquez)*

A 21 de Setembro de 1936, após a ocupação de Oliva de la Frontera pelas forças nacionalistas, encurralados entre o fogo dos sublevados e a fronteira portuguesa, centenas de republicanos decidem passar a fronteira sem a garantia de serem recebidos pelo governo de Salazar como refugiados políticos.

*A la media noche le dijeron: ¡señor Fermín, váyase con sus hijos porque está puesto en la lista para matarlo de los primeros! ¿Cómo ha sido eso cuando se ha salvado todo el pueblo? Pues fue cuando nos fuimos a Portugal y estábamos todas las personas en un matorral; estábamos los niños, las mujeres y todo, y nos tiroteaban de esa parte, nos tiro-*

---

jefes políticos y militares huyeron a Portugal. En Portugal permaneció detenido en el Cuartel del Batallón de Cazadores de Elvas y, desde el 24 de agosto, en el fuerte de Caxias de Lisboa. En octubre de 1936, los refugiados españoles que querían volver a la España republicana, entre ellos Puigdemolas, fueron embarcados en el buque Nyassa y trasladados a Tarragona, a donde llegaron el 13 de octubre. En: [http://es.wikipedia.org/wiki/Ildefonso\\_Puigdemolas](http://es.wikipedia.org/wiki/Ildefonso_Puigdemolas).

<sup>25</sup> ESPINOSA, Francisco (2003): *La Columna de la Muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*, Barcelona, Crítica, p. 66.

*teaban a las mujeres y a los niños y estábamos en Portugal. Fue cuando fuimos al barco y nos fuimos a Tarragona (Gracia)*<sup>26</sup>.

Os militares portugueses possibilitam a sua permanência em território português, até ser decidido oficialmente o seu destino. O comandante da Secção da Guarda Fiscal de Safara, tenente António Augusto de Seixas, assume a responsabilidade de improvisar um “campo de refugiados” na herdade da Coitadinha, em Barrancos, no qual Fermín Velásquez assume o papel de mediador, entre os seus companheiros e as autoridades portuguesas. Responsável pela recolha de verbas para aquisição e distribuição de alimentos, defende os interesses dos seus compatriotas, tendo com ele a mulher e os quatro filhos menores.

*“las mismas autoridades portuguesas me nombraron Jefe Administrador, con lo que tuve que comunicarlo a todos los internados y los que poseíamos algún dinero lo pusiésemos en común para todos hasta que lo consumimos y cuando ya no nos quedó nada el Estado portugués empezó a darnos a razón de dos pesetas por plaza, y como los que tenían más dinero que nosotros ingresaran en otro campo a unos 6 o 7 kilómetros de distancia, estos no estaban controlados por la Policía Internacional y por consiguiente no se hallaron al amparo de las 2 pesetas que recibíamos en especie por orden del Gobierno republicano, pero a pesar de lo difícil de nuestra ayuda a los del otro campo, yo iba todos los días con 7 o 8 hombres cargados de pan y algo de tocino y queso que abonábamos de lo poco nuestro para poder socorrerlos”.* (Fermín Velázquez).

Além do campo da herdade da Coitadinha, reconhecido oficialmente pelo Governo de Salazar, o tenente Seixas permitiu a concentração de mais três dezenas de refugiados na herdade das Russianas, à revelia do poder central. Pressionado diplomaticamente, Salazar inicia negociações com o Governo Republicano para o repatriamento de todos os refugiados espanhóis. Aos 1.020 refugiados dos campos de Barrancos, juntaram-se mais quatro centenas de militares e milicianos detidos no Forte da Graça em Elvas, no Forte de Caxias e no Forte de S. Julião da Barra, em Lisboa<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Gracia nasceu em Oliva de la Frontera em 1931. Excerto da entrevista realizada em Badajoz, no dia 4 de Outubro de 2008.

<sup>27</sup> Ver “Los refugiados comunistas, poderes y resistencias”, pp. 206-232, SIMÕES, M. Dulce Antunes (2008): *Barrancos en la encrucijada de la guerra civil española. Memorias y testimonios, 1936*, Mérida, Editora Regional de Extremadura.

*“Llegó el día en que nos dijeron que Inglaterra le había pedido a Portugal que nos condujesen a la República en un barco y acompañado por otro de guerra llamados el Nyassa<sup>28</sup> y el Douro, así lo hicieron desde Mora (Moura) adonde llegamos, pasando a la Plaza de dos Toros, en donde nos alojaron hasta el día siguiente que nos embarcaron en el tren hasta que llegamos a Lisboa y nos embarcaron en el dicho “Barco Nyassa”. Ya en alta mar me vi con el Capitán Suárez Codes, que con el General Puigendolas viajaba en camarote, y le entregué la lista del personal del cual yo era solamente un Jefe y con ella se presentaron a las autoridades del Gobierno de la República. (Fermín Velázquez).*

Chegado a Tarragona Fermín Velázquez apresentou-se na Divisão Geral do Comando de Carabineiros de Madrid, sendo integrado no 5º Regimento às ordens do Ministério da Guerra, combatendo nas frentes de Huesca, Zaragoza e Teruel. A sua promoção a sargento, em Janeiro de 1936, não foi assinada pelo General Queipo, mas a sua acção e fidelidade granjearam-lhe a promoção a tenente em Dezembro de 1936, a capitão em Agosto de 1937, e em Dezembro de 1937 ascende por mérito ao posto de major do exército republicano.

Terminada a guerra é agregado ao Comando de Carabineiros de Valência e levado com os seus companheiros de armas para Badajoz, apresentando-se a 18 de Abril de 1939 no Comando Militar. Por ordem superior permanece até 22 de Abril de 1939 no Campo de Concentração de Mérida, passando depois para o Campo de Concentração de Castuera até à data do processo Sumaríssimo de Urgência, realizado na Praça de Mérida a 22 de Setembro de 1939. Reunido o Conselho de Guerra é proferida a sentença: “debemos considerar y condenar al procesado Fermín Velázquez Vellarino a la pena de muerte como autor del delito de Rebelión Militar”<sup>29</sup>.

A 14 de Janeiro de 1940 o processo de Fermín é reavaliado pelo Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas, e solicitado um indulto ao Ministério do Exército, “en caso de indulto de la pena de muerte impuesta deberá enten-

---

<sup>28</sup> Nº 40 da frota da Empresa Companhia Nacional de Navegação, registado na Capitania de Lisboa a 31/12/1925, foi construído na Alemanha por J.C. Tecklemborg A.G., em 1906. Comportava uma tripulação de 166 tripulantes e 800 passageiros. Foi vendido para demolição em 1951: <http://naviosnavegadores.blogspot.com/2008/01/frotas-nacionais-comp-nacional-de.html>

<sup>29</sup> Ministerio del Interior, Guarda Civil, Expediente de Fermín Velázquez Vellarino, p. 17.

derse sustituirla por la de 30 años de Reclusión Mayor.” A 1 de Maio de 1940 a pena é comutada para 30 anos de prisão, e em sequência é expulso do Cuerpo de Carabineros em Novembro de 1940. A 23 de Maio de 1940 sua mulher solicita a revisão da sentença ao Auditor de Guerra. A 12 de Dezembro de 1941 ingressa na prisão de Cellanova de Orense para cumprir a pena de 27 anos, 5 meses e 20 dias. A 11 de Junho de 1943 a pena de prisão é comutada para 12 anos e um dia, de prisão menor. A 1 de Julho de 1943 é apresentada uma proposta de liberdade condicional, com pedido de parecer ao Alcalde de Oliva de la Frontera, à Guarda Civil Rural e à Falange local, sobre a existência de algum impedimento ao seu regresso. Segundo o documento de 28/7/1943: “se contestó por las tres autoridades desfavorablemente, indicando la conveniencia de que fuera desterrado a más de 250 Km del pueblo por su historial, y el mal ambiente que sobre él reinaba en las personas honradas, como principal responsable de todo lo allí ocurrido”<sup>30</sup>. No cumprimento da sentença Fermín Velázquez conheceu a prisão de Larrinaga e Orduña em Bilbao, e posteriormente Cellanova de Orense, de onde saiu em liberdade condicional, a 17 de Julho de 1943.

### **VIOLÊNCIA POLÍTICA E RESISTÊNCIA QUOTIDIANA NA SOCIEDADE DO PÓS-GUERRA**

O fim da guerra civil de Espanha a 1 de Abril de 1939 não significou o restabelecimento da “paz social” mas o início de uma nova Era marcada pela violência, como elemento estruturante do franquismo. No dia 3 de Abril o próprio Caudillo havia liquidado definitivamente qualquer esperança de paz e reconciliação, quando aos microfones da Rádio Nacional proclamou: “Españoles, alerta! España sigue en pie de guerra contra todos los enemigos del interior o del exterior, perpetuamente fiel a sus caídos...”<sup>31</sup>. A repressão e o terror subsequentes constituíram “el pilar del Nuevo Estado, una especie de principio fundamental del Movimiento.”<sup>32</sup> A principal característica do terror

---

<sup>30</sup> Ministerio del Interior, Expediente Penitenciario, Exp.707, Expediente procesual de la Prisión Provincial de Bilbao. Carta dirigida ao Director Geral das Prisões de Madrid, de 28/10/1943.

<sup>31</sup> ACOSTA BONO, Gonzalo; GUTIÉRREZ MOLINA, José Luis; MARTÍNEZ MACÍAS, LOLA E DEL RÍO SÁNCHEZ, Ángel (2004), *El canal de los Presos (1940-1962). Trabajos forzados: de la represión política a la exploración económica*, Barcelona, Crítica, p. 187.

<sup>32</sup> MORENO, Francisco (1999), “La represión en la posguerra”, in *Victimas de la guerra civil*, (coord. de Santos Juliá), Madrid, *Temas de Hoy*, p. 277.

do pós-guerra assentava numa organização meticulosamente hierarquizada, “basada en la jurisdicción militar, en juicios y consejos de guerra”<sup>33</sup>. Mas para que se cumprisse a “justiça de Franco” era necessário envolver toda a sociedade nesta “nova cruzada” pela depuração social, o que justifica que nos primeiros meses de 1939 os jornais afectos à “Nueva Orden” publicassem notas instigando à delação: “La justicia de Franco necesita y pide la cooperación de todos los españoles”, dando largas a ódios pessoais, a invejas e vinganças entre vizinhos, que transfiguraram o quadro das relações sociais, “la denuncia se convirtió en el motor y en el primer eslabón de la justicia”<sup>34</sup>.

*Aquí murieran 190 personas y la mayor parte de ellas no tenían que ver ni con la política ni con la guerra, fueran cuestiones de enemistad, cuestiones de diferencias de poca monta, menos fueran por cuestiones de política, porque los verdaderos políticos habían ido antes a Portugal. (Manolín)*<sup>35</sup>.

Os “vencidos”, submetidos à “Nueva Orden” política e social, legitimada por um corpo de leis e mecanismos de repressão social, aguardavam nos campos de concentração, e em centenas de prisões, os falaciosos Juízos Sumários, “un mero trámite para la eliminación física, sin aportación de pruebas”<sup>36</sup>. A Lei de Responsabilidades Políticas, imposta em Fevereiro de 1939, anterior ao final da guerra, assinalava já as características vingativas da violência sobre os opositores ao “Glorioso Movimiento”, determinando “la perdida ab-

---

<sup>33</sup> CASANOVA, Julián (2004), “Una dictadura de cuarenta años”, in *Morir, matar, sobrevivir*, Barcelona, Crítica, p.20.

<sup>34</sup> MORENO, Francisco (1999), “La represión en la posguerra”, in *Victimas de la guerra civil*, (coord. de Santos Juliá), Madrid, Temas de Hoy, p. 309.

<sup>35</sup> Manolín (pseudónimo) nasceu em Oliva de la Frontera em 1927, filho de um pequeno seareiro. Começou a trabalhar aos nove anos guardando porcos, aos treze dirigia uma parelha de mulas, trabalhando de sol a sol, mas sempre dentro do grupo familiar. Aos dezasseis anos inicia-se no contrabando, y así fue crescendo y levando una clase de vida que segundo otros les llamaban buena, porque teníamos para comer las tres veces de cada día, mientras otros pobres no la podían a ter por las circunstancias del pos-guerra. Excerto da entrevista realizada em sua casa de Oliva de la Frontera, dia 13 de Junho de 2008.

<sup>36</sup> CASANOVA, Julián (2004): “Una dictadura de cuarenta años”, in *Morir, matar, sobrevivir*, Barcelona, Crítica, p. 21.

solta de sus derechos de toda clase, y la pérdida total de sus bienes, que pasarían integralmente a ser propiedad del Estado”<sup>37</sup>.

A 1 de Janeiro de 1939 “La Memoria de la Dirección General de Instituciones Penitenciarias” identifica a existência de 45.999 detidos, e a 1 de Janeiro de 1940 esta cifra havia aumentado para 83.750 condenados<sup>38</sup>. Segundo o historiador Javier Rodrigo foram criados por toda a Espanha mais de oitenta campos de concentração, com a função de classificar, de humilhar, de perpetuar a vitória, impondo um sistema de dominação sustentado em estruturas de poder tradicionais, explorando a forças de trabalho escravo ao serviço do “Nuevo Estado” e inculcando os valores da “Nueva España”<sup>39</sup>. Os campos de concentração foram lugares de reclusão temporária, “el lugar en que se suspende el derecho y en donde el hombre es considerado como puro cuerpo y no como sujeto de derechos”<sup>40</sup>. Lugares inabitáveis, onde milhares de republicanos permaneceram em condições infrahumanas, aguardando os Conselhos de Guerra e as respectivas sentenças, em muitos casos de pena de morte.

A acção do novo regime repercutiu-se num gigantesco sistema de investigação sobre os “vencidos”, os Processos Sumários, cujas sentenças dependiam dos “avales” sobre o comportamento dos indivíduos desde 1 de Outubro de 1934, e depois de 18 de Julho de 1936, afiançados pelo Alcalde, chefe local do Movimiento, pelo comandante do posto da Guarda Civil e pelo pároco, “una tríada temible de dominio político, militar y religioso”<sup>41</sup>. Nestes pareceres os republicanos eram normalmente caracterizados como “perigosos”, “rojos”, “subversivos”, “hereges”, “perversos” e “pessoas de natureza

---

<sup>37</sup> *Obra citada*, p. 22.

<sup>38</sup> ACOSTA BONO, Gonzalo; GUTIÉRREZ MOLINA, José Luis; MARTÍNÉZ MACÍAS, Lola e DEL RÍO SÁNCHEZ, Ángel (2004): *El canal de los Presos (1940-1962). Trabajos forzados: de la represión política a la exploración económica*, Barcelona, Crítica, p. 51.

<sup>39</sup> Javier Rodrigo citado em, ACOSTA BONO, Gonzalo; GUTIÉRREZ MOLINA, José Luis; MARTÍNÉZ MACÍAS, Lola e DEL RÍO SÁNCHEZ, Ángel (2004): *El canal de los Presos (1940-1962). Trabajos forzados: de la represión política a la exploración económica*, Barcelona, Crítica, p. 189.

<sup>40</sup> MATE, Reyes (2004): “Por una cultura de la memoria”, in *El Canal de los Presos (1940-1962). Trabajos forzados: de la represión política a la represión económica*, Barcelona Crítica, p. XXXVIII.

<sup>41</sup> CASANOVA, Julián (2004): “Una dictadura de cuarenta años”, in *Morir, matar, sobrevivir*, Barcelona, Crítica, p. 23.

psicossocial degenerativa”<sup>42</sup>. As denúncias de particulares completavam as informações da “tríada”, constituindo a matéria acusatória que sentenciavam a pena de morte, ou de prisão maior. Nas sociedades rurais a repressão era ainda mais implacável, sustentada em redes de contactos entre oligarquias locais, juízes de instrução militar e tribunais militares, “para confeccionar listas negras y acordar condenas o conmutaciones”<sup>43</sup>.

As sanções previstas na Lei restringiam as actividades profissionais de todos aqueles que defenderam a legitimidade política da II Republica, limitando a liberdade de residência, impondo desterros, a confiscação de bens e o pagamento de avultadas multas, o mesmo seria dizer a perda absoluta dos seus direitos de cidadãos, “la muerte civil” designada por Marc Carrillo<sup>44</sup>. Aqueles que não tinham sido presos e regressavam às suas localidades de origem sujeitavam-se à justiça das autoridades locais, vivendo vidas suspensas até ser decidido o seu futuro, “y se les condenó a la humillación y a la marginalización (social, económica, laboral). El franquismo les negó la consideración de personas”<sup>45</sup>.

Paralelamente, a legitimação do poder do “Movimiento Nacional” encontra a sua expressão na Causa General, criada por iniciativa de Franco e decretada pelo Ministério da Justiça em Abril de 1940. Tratou-se da instauração de um processo judicial instaurado pelos vencedores com a finalidade de justificar e legitimar o golpe militar, “en torno a la ilegalidad de las elecciones de febrero del 36, al supuesto vacío de poder en los meses del Frente Popular e al obligado papel del Ejército”<sup>46</sup>. Na Causa General estavam expressos os princípios gerais legitimadores da violência, entendida como acção e efeito de controlar as “fuerzas subversivas”, agenciando informações sobre os acontecimentos “en la zona roja desde el 18 de Julio de 1936, hasta la libera-

---

<sup>42</sup> MIR, Conxita (2000): *Vivir es sobrevivir*, Lleida, Editorial Milenio.

<sup>43</sup> MORENO, Francisco (1999), “La represión en la posguerra”, in *Victimas de la guerra civil*, (coord. de Santos Juliá), Madrid, Temas de Hoy, p. 310

<sup>44</sup> CASANOVA, Julián (2004): “Una dictadura de cuarenta años”, in *Morir, matar, sobrevivir*, Barcelona, Crítica, p. 23.

<sup>45</sup> MORENO, Francisco (1999): “La represión en la posguerra”, in *Victimas de la guerra civil*, (coord. de Santos Juliá), Madrid, Temas de Hoy, p. 278.

<sup>46</sup> ESPINOSA MAESTRE, Francisco, (2006): *Contra el Olvido. Historia y Memoria de la Guerra Civil*, Barcelona, Crítica, p. 80

ción.”<sup>47</sup> Identificando localmente todos os intervenientes no processo de resistência republicana ao golpe militar, pretendendo evitar “la reorganización futura del oponente político. La represión se hace para el presente y para el futuro.”<sup>48</sup> Por outro lado, a manipulação e propaganda do “Avance de la Causa General” converteu-se em verdade oficial, moldando mentalidades, e “los muertos del fascismo fueran pasto del olvido (...) Al cabo de los años todos creían que se trataba de las víctimas locales del terror rojo”<sup>49</sup>.

O acesso aos processos sumários militares e às causas civis abertas entre 1939 e 1952 permitiu à historiadora Conxita Mir (2000) estudar os aspectos relacionados com a intervenção do “novo poder” na vida quotidiana dos “vencidos da guerra”, no contexto rural de Lérida, na Catalunha, considerando a repressão e o controle social como elementos fundamentais à nova realidade social<sup>50</sup>. Destacando a actuação da Igreja em conjunto com as autoridades militares, no sentido da moralização social. Este estudo tem o mérito de analisar a quotidianidade das classes subalternizadas e a sua marginalização social durante o pós-guerra, na perspectiva da violência política exercida pelo poder judicial franquista, e simultaneamente, as estratégias de resistência dos represaliados, para sobreviverem à miséria, à exclusão social e à repressão. Mostrando como a sociabilização do terror conduziu no pós-guerra a um elevado número de mortes por suicídio e delinquência em virtude da fome, forçando os “vencidos” a criarem estratégias de sobrevivência que vão do contrabando, ou das redes de colaboração com os caciques, até ao exílio e à guerrilha.

*Después de la contienda empezó el hambre, la necesidad, no había pan, no había la mayor parte de las cosas de casa, a tal punto de no velas. En el pueblo, cada uno como podía lo alcanzaba a su fuerza, había ladrones, que no se puede llamar ladrones, porque eran ladrones de poca monta, eran hambrientos que salían por el campo a robar cualquier cosa para poder comer con lo que llevaban del campo, claro. La posguerra fue terrible, en Oliva y en los pueblos limítrofes con Portugal se establece el contrabando. (Manolín)*

<sup>47</sup> *Obra citada*, p. 95

<sup>48</sup> MORENO, FRANCISCO (1999), “La represión en la posguerra”, in *Victimas de la guerra civil*, (coord. de Santos Juliá), Madrid, Temas de Hoy, p. 277.

<sup>49</sup> ESPINOSA MAESTRE, Francisco, (2006), *Contra el Olvido. Historia y Memoria de la Guerra Civil*, Barcelona, Crítica, p. 105

<sup>50</sup> MIR, Conxita (2000): *Vivir es sobrevivir*, Lleida, Editorial Milenio, p. 13.

“Vivir es sobrevivir” aglutina os princípios orientadores pelos quais milhares de espanhóis regeram as suas vidas, obrigados a adaptarem-se “a las nuevas formas de convivencia”, sustentadas na moral e na marginalização social. Os Processos Sumários condenaram à pena de morte, ou à reclusão maior de 30 anos milhares de pessoas, envolvendo pedidos desesperados dos seus familiares, sujeitados à dominação de redes de influência e ao caciquismo que estruturava as sociedades rurais. Valeriana García é uma entre milhares de mulheres que intercederam por seus maridos e filhos junto do Auditor de Guerra:

*“Que encontrándose mi marido Fermín Velázquez Vellarino preso en la cárcel de Larrinaga, segunda galería, celda nº 49, Bilbao, y condenado a la última pena por el tribunal competente de Mérida y firmada su sentencia por el Excmo. Sr. Auditor de Guerra de mencionado sitio y teniendo en cuenta mi calidad de esposa abandonada a la caridad pública, con cinco inocentes hijos desamparados y teniendo la firmísima seguridad de que la pena que se impone a mi infortunado marido no está en proporción con las faltas por él cometidas (...) En una palabra Excmo. Sr. mi marido fue toda su vida y así lo conoce el pueblo hombre de conducta ejemplar dedicando sus actividades única y exclusivamente a sus deberes militares habiendo tenido el mismo comportamiento antes dicho en el desdichado tiempo que estuvo en zona roja.”<sup>51</sup>*

As mulheres carregaram toda a vida o estigma dos vencidos, porque ser “roja”, ou mulher de “rojo”, era exactamente a mesma coisa para os franquistas, que as podiam violar e confiscar todos os seus bens impunemente, “en libertad o privados de ella, los *rojos* fueran tratados por el nuevo poder como personas de naturaleza psicosocial degenerativa.”<sup>52</sup> As mulheres tinham de sofrer, sacrificar-se e purgar os seus pecados, “por no haber sabido llevar a sus maridos por el camino del bien”<sup>53</sup>. E a redenção destas mulheres estigmatizadas

---

<sup>51</sup> Petição ao Auditor de Guerra em Madrid, de 23 de Maio de 1940, fotocópia gentilmente cedida pelos filhos.

<sup>52</sup> MIR, Conxita (2004): “El sino de los vencidos: la represión franquista en la Cataluña rural de posguerra”, in *Morir, matar, sobrevivir*, Barcelona, Crítica, p. 159.

<sup>53</sup> CASANOVA, Julián (2004): “Una dictadura de cuarenta años”, in *Morir, matar, sobrevivir*, Barcelona, Crítica, p.27.

como “rojas”, “perversas” e “amorais” converteu-se num dos principais objectivos dos “vigilantes dos bons costumes”<sup>54</sup>.

Quando Valeriana García regressou a Oliva de la Frontera com os seus cinco filhos, provenientes de um campo de concentração de refugiados em França, encontrou a sua casa saqueada. Com Fermín preso, e sem outras alternativas de sobrevivência, restou-lhe o apoio de sua mãe.

*Los franceses fueran fabulosos, extraordinarios, nos llevaban a su casa, en fin fueron muy buenos con los españoles, los franceses. Pero mi madre ya cuando viran que se apunte, ya podrían ir al pueblo todos los que se apunten, y mi madre fue de las primeras que se apuntó, ella pobrecita, nos quitaran todo en Oliva, nos quitaran los cuadros de las paredes, nos quedamos sin nada. (Gracia)*

Do regresso a casa resta a memória da pilhagem, o apoio da avó materna e a passagem pelo colégio de freiras, que durante dois anos Gracia frequentou com sua irmã, beneficiando do estatuto de filhas de militar. O tempo passado no colégio restabeleceu as práticas e os afectos quotidianos, depois das adversidades, e apesar da desagregação familiar. Gracia preserva do colégio o sentimento de estar socialmente integrada num grupo, de ser acarinhada pelas freiras, cumprindo os seus deveres ao ser a melhor aluna. Mostrando com orgulho o seu certificado de avaliação curricular, uma foto com sua irmã, e trauteando uma canção sem questionar em algum momento o seu conteúdo.

En el colegio me enseñan a conocer a Jesús  
Y me guían por la senda, que me conduce hacia la virtud.  
Toda esa signatura, que me enseñan las hermanas  
La doctrina y la escritura, yo las aprendo de buena gana.

Numa acção concertada, de apoio ao “Glorioso Movimiento Nacional”, a Igreja espanhola havia já elaborado uma Carta Colectiva em Julho de 1937, assinada por um significativo número de bispos, exortando à purga de ideologias

---

<sup>54</sup> MIR, Conxita (2004): “El sino de los vencidos: la represión franquista en la Cataluña rural de posguerra”, in *Morir, matar, sobrevivir*, Barcelona, Crítica, p. 159

irreconciliáveis, classificando a revolução social republicana como anti-espanhola e anticristã. Desta forma o Estado franquista com o apoio da Igreja controlou não apenas o espaço público e os lugares de recreio, mas também a escola e a educação onde se impunham os valores da “Nueva Orden”: obediência e virtude, valores morais inculcados às novas gerações, numa “cruzada por la moralidad”<sup>55</sup>.

*Nosotros teníamos derecho al colegio, estuvimos dos años en el colegio y en el momento que mi padre salió tuvimos que salir del colegio.*  
(Gracia)

O regresso do pai, a conseqüente perda das regalias de militar, o estigma de “rojo” e a paupérrima situação económica criou uma nova ruptura na vida de Gracia, forçada a abandonar o colégio. “Que los hijos de los presos no queden desamparados” terá dito um dia o Caudillo, manifestando a sua preocupação em oferecer “calor de hogar, pan y techo, cultura y vestido a los hijos de todos los reclusos”, preocupação que excluía os filhos dos fuzilados, mortos ou desaparecidos, simplesmente abandonados à caridade pública<sup>56</sup>.

### **O REGRESSO DOS “VENCIDOS”; SOLIDARIEDADES TRANSFRONTEIRIÇAS**

Narotzky e Smith (2002) fundamentados no seu trabalho de campo em Veja Baja, a sul de Alicante, dizem-nos que todos aqueles que foram libertados dos campos de concentração, prisões ou campos de trabalho, nos primeiros seis anos após a guerra, não foram autorizados a voltar às suas povoações; deveriam ser exilados<sup>57</sup>. Estes homens, estigmatizados como “rojos”, foram obrigados a abandonar as suas localidades de origem por decisão das autoridades locais, e a sobreviver à margem da lei, mesmo depois de julgados em tribunais militares e terem cumprindo as respectivas penas.

---

<sup>55</sup> MIR, Conxita (2004): “El sino de los vencidos: la represión franquista en la Cataluña rural de posguerra”, in *Morir, matar, sobrevivir*, Barcelona, Crítica, p. 160.

<sup>56</sup> *Obra citada*, p. 160.

<sup>57</sup> NAROTZKY, Susana & SMITH, Gavin (2002): “Being *politico* in Spain. An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics”, in *History & Memory*, Indiana University Press, p. 204.

Nos campos de Barrancos, permaneceram escondidos durante meses, e em alguns casos anos, vários republicanos fugidos das localidades vizinhas no início do conflito. Protegidos por familiares e amigos aí sobreviveram dependendo da solidariedade e cumplicidade dos barranquinhos. Quando regressaram às suas localidades de origem, após o final do conflito, foram todos sujeitos a Conselhos de Guerra e a Processos Sumários<sup>58</sup>.

*Aí na mina Aparis, apareceram muitos, quando eu estava ainda com esse senhor Malta, apareciam ali e a gente dava-lhes coisas de comer e o meu sogro também escondeu outro. Havia dez lá dentro da mina e estavam ali, a gente uma vez levava a um, outra vez a outros, coitados. Um dia passaram lá uns caçadores e os viram, e eles como não eram parvos esconderam-se lá para dentro. (...) Houve um que teve três anos com o meu sogro. (António Segão)<sup>59</sup>*

O regresso a Oliva de la Frontera constitui o primeiro tema das memórias de Fermín Velázquez, do qual seleccionámos os seguintes excertos:

*“Salí sin destierro por mi loable conducta y porque en la consulta a que fue sometida mi vida se inhibieron en mi favor, al no contestar del pueblo si había alguna incompatibilidad y me exploran la voluntad para que eligiese la residencia que yo quisiera fijar, y lo hice para la Villa de Oliva de la Frontera en que tenía a todos mis seres más queridos al que*

---

<sup>58</sup> O cabo carabineiro Pablo Linares Sanchez refugiou-se em Barrancos após o golpe militar de 1936 e aí permaneceu escondido e protegido por amigos. A 8 de Maio de 1938 apresentou-se no Posto de Carabineiros de Valencia de Mombuey, sendo submetido a um “Concejo de Guerra y condenado a la pena de 30 años de reclusión militar perpétua.” Segundo testemunho de seu filho Esteban, apenas cumprir sete anos e meio de prisão, regressando a Valencia del Mombuey. SIMÕES, M. Dulce Antunes (2008): *Barrancos en la encrucijada de la guerra civil española. Memorias y testimonios, 1936*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, pp. 228-230.

António Veja, filho de um professor de Aroche, permaneceu escondido na Herdade de Aparis protegido pelo proprietário e trabalhadores de 1936 a 1940. Ao apresentar-se às autoridades de Aroche é detido e sujeito a um Processo Sumário, acusado de crime de sangue. Provada a sua inocência por intervenção da viúva da vítima é libertado. Segundo a memória local partiu para Sevilha onde refez a sua vida, sem nunca mais regressar a Aroche. Entrevista a António Segão, trabalhador rural na Herdade de Aparis, em Barrancos, realizada a 24 de Setembro de 2007.

<sup>59</sup> Excerto da entrevista a António Segão, realizada em Barrancos a 16 de Junho de 2006.

*llegué, pero a la entrada del pueblo había una pareja de Guardias Civiles esperándome. (...) me conducen al Ayuntamiento donde se hallaban el Alcalde, el Secretario y el Suboficial de la Guardia Civil en espera de que yo llegase, allí sufrí otro nuevo cacheo y me sacaron la guía y la Licencia de las Armas (...) el Suboficial anunció en un ofensiva contra mí y me conminaba para que pidiera el marcharme a otro lugar fuera del pueblo en que yo viví desde antes de la Guerra, porque él no podría evitar que me sacasen en Cárcel y me pudiesen pelar como ellos llamaban a la muerte, (...) Señor D. José Sarmiento, que hoy es Alcalde y Jefe del Movimiento en el pueblo me da un pasaporte para que en un plazo improrrogable de 48 horas tenga que abandonar el pueblo para el de Almendralejo. Para ello tuvieron una reunión con el Juez de Instrucción de Jerez y de otros pueblos aunque todo lo hacían arbitrariamente y en contra de las Leyes dictadas por el Caudillo por todo ello y invocando mis derechos me fui en busca del Sr. Cura Párroco, como vocal del Patronato y le expuse mis razones antes mencionadas y me dijo, yo me informaré de ello, pero yo no puedo hacer nada.” (Fermín Velásquez)<sup>60</sup>*

O regresso de Fermín provocou alguma agitação no poder local, pela forma calorosa como foi recebido por antigos companheiros de armas, familiares e amigos. Segundo a carta do juiz militar “su llegada al pueblo ha organizado un enrarecido ambiente en todas las clases sociales, incluso en las de ideas izquierdistas, que, por engaño de él o de otros dirigentes, se enrolaran en las milicias y perdieran algún familiar”<sup>61</sup>. Esta carta do juiz do Julgado 7 da Capitania Geral da Primeira Região Militar, dirigida ao Director Geral das Prisões de Madrid, teve por objectivo fundamentar o pedido de desterro, que a 8 de Outubro de 1944 é determinado pela Junta Provincial de Libertad Vigilada de Badajoz.

Almendralejo foi o lugar de “exílio”, onde Fermín encontrou refúgio em casa das suas irmãs Guadalupe e Maria, confrontando-se com a escassez de trabalho, numa conjuntura económica de desemprego e fome que marcou o período do pós-guerra. O estatuto de desterrado permitiu-lhe ser admitido pelo

---

<sup>60</sup> Excerto das memórias manuscritas de Fermín Velásquez, gentilmente cedidas por sua filha Gracia.

<sup>61</sup> Ministerio del Interior, Expediente Penitenciario, Exp.707, Expediente procesual de la Prisión Provincial de Bilbao, carta dirigida ao Director Geral das Prisões de Madrid, de 28/10/1943.

Ayuntamiento nas obras da estrada, mas a rotatividade entre os homens parados deixou-o sem meios de subsistência, após duas semanas de trabalho. Na luta pela sobrevivência procura reatar amizades anteriores à guerra, e através de um amigo, antigo carabineiro, consegue trabalho temporário na apanha da azeitona, porém a situação de precariedade agrava-se, obrigando-o a procurar outras alternativas.

*“Entonces fue a ver al dueño de una fábrica de alcoholes, a ver al dueño de ella, , con el fin de que me diera trabajo porque él lo tenía en abundancia y yo le conocía desde cuando tenía torrefacción de café y porque él se quedaba como solicitador en muchas de las aprehensiones de dicho género que yo había realizado y al pedirle trabajo como digo, me contestó: conoce usted al cabo tal y al otro tal, pues esos son tenientes del Cuerpo de Carabineros y usted no estuvo con nosotros, estuvo contra nosotros, yo siempre fui amigo de Vd. y por no haber estado como esos compañeros que fueron míos, no quiero que me dé Vd. otra cosa que es trabajo.”* (Fermín Velásquez)

Este acontecimento demonstra a alteração do quadro das relações sociais numa nova conjuntura onde imperava a delação e a dominação dos vencedores sobre os vencidos. Como consequência deste contacto Fermín Velásquez recebe uma intimação para se apresentar no Tribunal Militar de Badajoz, e decide fugir, “ya que la adversidad no dejaba de perseguirme sin que hubiera razón alguna”. Inicia então uma longa e atribulada jornada pelos campos, rumo à fronteira portuguesa, receando ser identificado.

*“Pude llegar al Cortijo de la Coitada (Coitadinha) que lo llevan en arriendo los hermanos Señores Claudio Gastão que eran los dueños de los Depósitos del Café a los cuales conocía por haber sido dichos señores los que nos habían servido los artículos comestibles durante el tiempo que estuvimos en los Campos de Concentración, hasta el día de nuestro traslado a Tarragona de la zona de la República. El día que llegué al Cortijo me encontré con Rafael Borralho él cual después de saludarnos le dijo al señor D. Manuel Claudio que a este hombre le dé lo que le haga falta que yo se lo pagaré, y me dio 250 pesetas hasta que yo pudiera pagárselas; a lo cual el Sr. Claudio le dijo, a este hombre no le hará falta de nada sin que Vd. lo pague para él, que nosotros tenemos lo que a él le haga falta.”* (Fermín Velásquez)

Durante três anos Fermín viveu escondido em Portugal trabalhando nas herdades da Comenda e Rio Gomes, protegido por proprietários rurais e co-

merciantes de café. Em Oliva a família desconhecia o seu paradeiro, e a condição social de familiares de prisioneiro impunha-lhes uma “não experiência pública”, eram pessoas a quem não se devia falar no espaço público, a quem não se devia dar senhas de racionamento, etc.<sup>62</sup>. Narotzky e Smith (2002) apresentam no seu trabalho um caso paradigmático, de uma mãe impedida de assistir ao casamento da sua filha, proibida de entrar na igreja e de permanecer no exterior da praça. Mostrando como as vidas destes homens e destas mulheres foram reprimidas e silenciadas, e como ainda hoje permanece um silêncio colectivo marcando esse tempo de sofrimento, resultante das consequências da repressão directa e de um sentimento de repressão interiorizado, cravado a ferro e fogo no tecido social das sociedades rurais.

Mas apesar do controlo social, da deterioração das relações de vizinhança, imposta pelo medo da delação e pela marginalização, uma das irmãs de Fermín solicitou a um vizinho, ligado ao contrabando de café com gentes de Barrancos, que tentasse contactar o irmão.

*Ese hombre estaba en un Cortijo que lo llevaba arrendado Manecas. Después estuvo en el Cortijo de Manuel Claudio, mas parece cierto que lo denunciaran, y la policía le fue a hacer una visita, y cuando fue la Republicana al Cortijo, pues no estaba, naturalmente. Dice a su hermana adonde estaba él y yo fui a llevarle una carta y 25 pesetas que me dio su hermana para él, y estaba al servicio cuidando ganado, cuidando vacas, con un chapeo, con una ropa portuguesa, pero había que estar con él para saber que no era portugués. (Manolín)*

As relações de amizade entre Fermín Velázquez e Manuel Cláudio foram forjadas em relações profissionais e cumplicidades políticas, anteriores à guerra. Ambos os homens acreditavam numa sociedade republicana, e enquanto o primeiro desempenhava as funções de cabo carabineiro no posto fronteiriço de Pozo Campo, o segundo dedicava-se ao comércio de café com os vizinhos espanhóis. Hoje, esta amizade é ainda recordada pelos filhos de ambos, apesar da diferença de idades que os separa, e de nunca se terem conhecido.

---

<sup>62</sup> NAROTZKY, Susana & SMITH, Gavin (2002): “Being *politico* in Spain. An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics”, in *History & Memory*, Indiana University Press, p. 204.

*Había una familia que lo quería mucho, él le llevaba la contabilidad, le querían mucho a mi padre en Portugal, cuando era militar y cuando estuvo en el contrabando. (...) Manuel Claudio sí le nombraba mucho mi padre, pero, vamos que yo no lo he visto a él, lo sé por vía de mi padre que lo nombraba mucho, que lo quería mucho, que estaba con él. (Gracia)*

*Eu conheci um dia um senhor que era de Oliva que o meu pai chamava o tio Fermín, esse senhor, julgo que era major do exército republicano. (...) E o que me contava o meu pai, é que era um homem muito humilde, porque ele acho que esteve aqui enquanto durou a guerra de Espanha, fugido, não podia ir a Espanha de maneira nenhuma. E então era um homem muito recto com ele próprio, é a única coisa que lhe sei dizer. (Domingos)<sup>63</sup>*

Apesar de beneficiar da protecção de Manuel Cláudio e de seu primo Manuel Pulido, a sua permanência nos campos de Barrancos foi ameaçada pela delação, suporte fundamental à manutenção da rede repressiva em ambas as ditaduras ibéricas. A Guarda Nacional Republicana andava no seu encaicho, numa permanente “caça ao homem”, e simultaneamente Fermín mudava de lugares, de herdade em herdade, ajudado pelos seus protectores, até por fim se fixar no Montijo, a 20km de Lisboa, onde trabalhou na herdade Ramada Curto como ajuda de hortelão.

A 19 de Julho de 1947 encontra o seu compatriota Brizido Carretero Lopez<sup>64</sup>, que há seis meses tinha entrado clandestinamente em Portugal procurando trabalho. No caminho cruzam-se com dois polícias municipais, e o simples facto de Brizido os ter cumprimentado em espanhol originou um pedido de identificação. Como não estavam documentados foram detidos pela Polícia Municipal do Montijo e entregues à Direcção Central da PIDE em Lisboa<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> Excerto da entrevista realizada em Barrancos no Café Currito, dia 13 de Junho de 2006.

<sup>64</sup> Brizido Carretero Lopez, de 29 anos de idade, natural de Roca de la Sierra, filho de Blas Carretero e Joana Lopez, casado, ferreiro de profissão. Entrara clandestinamente em Portugal pela zona de Elvas, trabalhou em Lisboa entre Janeiro e Abril numa empresa construtora de marcos. No dia 19 de Julho tinha-se deslocado ao Montijo para iniciar um novo trabalho numa oficina de ferreiro. IANTT, Arquivo PIDE/DGS Proc. 483/47.

<sup>65</sup> IANTT, Arquivo PIDE/DGS, Ordem de Serviço nº 202, Capturas: - Que foram entregues nesta Directoria em 19 do corrente (Julho) pela Câmara Municipal do Montijo, os súbditos espanhóis Fermín Velázquez Vellarino e Brizido Carretero Lopez que recolheram à cadeia do Aljube.

Na PIDE, os dois homens foram sujeitos a interrogatórios e posteriormente encarcerados na prisão do Aljube. A 24 de Julho a polícia política envia um ofício ao Presidente da Câmara de Moura<sup>66</sup>, e ao Presidente da Câmara Barrancos, pedindo informações sobre a veracidade das declarações de Fermín Velázquez<sup>67</sup>.

*“Tendo ele declarado que lhe tinha sido dado alojamento nesse concelho por Manuel Cláudio Pulido e Manuel Pulido, rogo a V. Ex.ª a fineza de me informar da veracidade desta declaração.”<sup>68</sup>*

A 2 de Agosto de 1947 o vice-presidente da Câmara de Barrancos responde, afirmando “ter contactado os respectivos senhores”, que confirmaram ter encontrado várias vezes Fermín Velázquez no campo, apesar de negarem terem-lhe dado alojamento<sup>69</sup>. Porém, a sua estadia em Barrancos permanece ainda na memória de muitos barranquinhos como António Segão, trabalhador rural na herdade de Aparis, que no final do dia de trabalho atravessava a herdade da Comenda cruzando-se muitas vezes com Fermín, sabendo tratar-se de um vizinho de Oliva, antigo cabo carabineiro<sup>70</sup>.

Na sequência das informações recebidas, a PIDE procede ao repatriamento e interdição de Fermín e de Brizido, entregando-os em Elvas à polícia de Badajoz, numa prática rotineira entre as respectivas polícias políticas<sup>71</sup>. Após alguns meses de detenção em Badajoz Fermín foi transferido para a prisão de Puerto de Santa Maria, em Cádiz:

*“Una vez que llegué a la dicha Prisión y hecha la ficha me llevaron a una celda individual y ya en ella uno de los funcionarios de servicio que*

---

<sup>66</sup> Arquivo Histórico de Moura, Correspondência Recebida, 1947.

<sup>67</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barrancos, Correspondência Recebida, Fundo Câmara Municipal de Barrancos, 1947.

<sup>68</sup> Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Recebida (1938/1942), N.º 2.206/SCI, 24/7/1947)

<sup>69</sup> Idem, Correspondência Expedida, Diversas Autoridades, Ref. 274, de 2/8/1947.

<sup>70</sup> Informação recolhida da entrevista a António Segão, trabalhador rural na Herdade de Aparis, em Barrancos, realizada a 24 de Setembro de 2007.

<sup>71</sup> IANTT, Arquivo PIDE/GDS, Ordem de Serviço n.º 216, Indocumentados: - Por se encontrarem indocumentados foram entregues às autoridades do seu País os súbditos espanhóis: em 26 do mês findo (Agosto) e pelo posto de Elvas, Fermín Velásquez Vellarino e Brizido Carretero López. Interdições: - Que fique interdita a entrada em território nacional aos súbditos espanhóis Fermín Velásquez Vellarino e Brizido Carretero López.

*me ve en ella encerrado y sabe que yo había sido del Cuerpo de Carabineros de la República, le dice al otro: ese es del telón de acero de Bilbao y es de los que nos hicieron correr y yo en aquel entonces ni estuve en Bilbao ni siquiera lo conocía, y le dijo: déjame entrar que aun lo mato yo, y trata de abrir la puerta y ya con medio cuerpo dentro de la celda, el otro funcionario asido a cuerpo y tirando de él pudo evitar que se cumpliera aquel gusto por él tan deseado; transcurrido el primer período sin más incidentes salí de la celda y pasé a una sala general y por consiguiente al patio con los demás presos hasta que un día soy indultado por el General Muñoz Grandes<sup>72</sup> que era Capitán General de la 1ª Región desde la cual pase al pueblo de mi residencia y en el cual no volví a ser molestado.” (Fermín Velázquez)*

Regressado a Oliva em 1948 não voltou “a ser molestado”, mas apenas recebe o certificado de Liberación Definitiva a 6 de Junho de 1951. Como nunca conseguiu arranjar trabalho o contrabando afigurou-se como alternativa de sobrevivência económica, com a ajuda dos filhos mais velhos. Na sequência desta actividade foi preso em Fevereiro de 1949, e em Julho de 1955. Em 1949 detido pela Guarda Civil de Rosal de la Frontera e preso durante dez dias na Prisão Provincial de Badajoz, juntamente com seu filho Juan, com José Duarte González, Cristobal Pérez Martínez e Antonio Laso Lucas. Em 1955 esteve preso durante nove dias juntamente com Emilio Lucas Moreno, sendo libertados após pagamento da multa por prática de contrabando<sup>73</sup>.

As afinidades entre Fermín e Manuel Cláudio permaneceram ao longo do tempo, ancoradas em relações de amizade e comerciais, apoio fundamental à sobrevivência da sua família.

*Vivía del contrabando, pasando la frontera una y otra vez, con un niño mayor que tenía y con otros muchos, naturalmente compraría a Manuel Claudio que había sido su compañero y él le ayudó a darle mercancías fiadas, mercancías gratis para que le devolviera el dinero cuando retornara, fue él el que le ayudó de cierto a vivir, a sobrevivir. (Manolín)*

---

<sup>72</sup> Don Agustín Muñoz Grandes en: <http://saladeguerra.blogspot.com/2008/08/don-agustn-muoz-grandes.html>

<sup>73</sup> Ministerio del Interior, Expediente Penitenciario, Exp.707, Expediente procesual de la Prisión Provincial de Badajoz.

Após a guerra civil de Espanha, período coincidente com a II Guerra Mundial, o contrabando ganha maior expressão nas povoações fronteiriças, numa época em que os Estados Ibéricos tinham uma maior necessidade de controlar o intercâmbio de bens e de pessoas<sup>74</sup>. Apesar das autoridades militares espanholas determinarem o fuzilamento dos indivíduos detidos em flagrante delito, o contrabando encontra o seu auge após a guerra civil de Espanha<sup>75</sup>. As guerras tornaram de facto a fronteira mais dinâmica ao nível de fluxos de pessoas e bens, forjando novas oportunidades de negócio<sup>76</sup>. Mas também marcaram um tempo que permanece indelével na memória de portugueses e espanhóis, um tempo de fome, que exigiu a redefinição de estratégias de sobrevivência face a uma profunda crise de desemprego, produto de uma estrutura social assimétrica, agravada por uma conjuntura económica e política decorrente do pós-guerra.

*Y como no encontraba trabajo ni nada fue por cuenta suya. (...) Pero en aquél tiempo me parece que el contrabando era para los ricos y claro los pobres para ganarse era lo que hacían; pero tenían sus obligaciones: a los hombres que estaban en contrabando los entraban para dentro y les daban de comer; esas personas se portaban muy bien con los pobres. (...) Mis hermanos pasaron mucho, pobrecitos, los llevaba mi padre y luego los perseguían, los tiroteaban, tenían que meterse en las casas, también sufrí mucho con eso, mucho, mucho. (Gracia)*

---

<sup>74</sup> VALCUENDE DEL RIO, José María (1998): *Fronteras, Territorios e Identificaciones Colectivas. Interacción Social, Discursos Políticos y Procesos identitários en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa*, Sevilla, Fundación Blas Infante.

<sup>75</sup> LEÓN, Elodia Hernández, CASTAÑO MADROÑAL, Ángeles, QUINTERO MORÓN, Victoria y CÁCERES FERIA, Rafael (1999): *Fiesta y Frontera*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

<sup>76</sup> MEDINA GARCÍA, Eusebio (2000): *Contrabando en la Frontera de Portugal. Orígenes, Estructuras, Conflicto y Cambio Social*, Tese de doctoramento en Antropología Social, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid. CUNHA, Luís (2006), *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, D. QUIXOTE. THASSIO, Augusto (2000): "Rosal de la Frontera en la Posguerra. Contrabando de Hambre", *XV Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra*, Aroche (Huelva), Diputación de Huelva, pp. 159-183.

Nos anos quarenta e cinquenta o contrabando foi a principal actividade económica de Barrancos e das localidades vizinhas, estruturada em distintas formas de participação e de relações entre grupos sociais. Se para uns constituiu uma forma de sobrevivência, para outros representou a concentração de riqueza em novos grupos familiares. Em Oliva de la Frontera, o contrabando envolveu cerca de trezentas pessoas organizadas em quadrilhas, ou por conta própria, que todas as noites arriscavam a vida atravessando a “fronteira política”, em busca de sustento para as suas famílias, fornecidos por comerciantes de Barrancos.

*La posguerra fue terrible, en Oliva y en los pueblos limítrofes con Portugal se establece el contrabando, yo lo creo que fue un convenio hecho entre el gobierno de Franco y el gobierno de Salazar, porque tan poco eran tantas las presiones que hacían los carabineros por todo los que pasaban por toda la frontera; pasaban pan, pasaban harina, telas, trigo, ¡cuántas cosas se pasaban!. Las mujeres en cuadrilla hasta el pueblo de Barrancos, en fin cuestiones de la pobreza, de la miseria y de una guerra de horror. (Manolín)*

Na conjuntura económica do pós-guerra o contrabando converte-se numa actividade económica central para a subsistência de uma grande percentagem das populações fronteiriças. A escassez de um grande número de produtos em Espanha, como o pão e a farinha, marcaram os anos duros da guerra e do pós-guerra, substituído pelo café que transformou o contrabando numa actividade fundamental e numa forma de vida vinculada à fronteira.<sup>77</sup> Mais, o contrabando entendido como estratégia de subsistência pode também ser interpretado como uma forma de resistência quotidiana, “a arma dos fracos”.<sup>78</sup> Mas estamos seguros em afirmar que foi uma actividade determinante para a sobrevivência das famílias de trabalhadores rurais e dos “vencidos da guerra”, socialmente marginalizados do mundo do trabalho.

---

<sup>77</sup> MEDINA, Eusebio (2006), “Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya)”, en: [http://www.dip-badajoz.es/publicaciones/reex/rcex\\_2\\_2006/estudios\\_11\\_rcex\\_2\\_2006.pdf](http://www.dip-badajoz.es/publicaciones/reex/rcex_2_2006/estudios_11_rcex_2_2006.pdf). Accedido el 5 de marzo de 2008.

<sup>78</sup> SCOTT, James C. (1985): *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University Press.

### MEMÓRIAS SILENCIADAS E VIDAS ESTIGMATIZADAS

Dos seis filhos de Fermín Velázquez e de Valeriana García apenas Gracia permaneceu na Estremadura espanhola, todos os outros partiram para o exílio no seu próprio País, reconstruindo suas vidas no anonimato das grandes cidades. A partida ocorreu ao longo da década de 1950, e Gracia com seus pais e irmã foram os últimos a abandonar Oliva na procura de alternativas de sobrevivência, fixando residência em Badajoz em 1956. Como nos diz Pierre Bourdieu as histórias de vida são mais do que uma sucessão cronológica de acontecimentos que marcam o tempo na vida dos indivíduos, e para compreendermos uma trajetória necessitamos de construir “o conjunto de relações objectivas que uniram os agentes considerados ao conjunto de outros agentes, ou seja, a interacção construída no campo social”<sup>79</sup>. Mas para Gracia recordar o seu percurso de vida, onde se inscreve o quadro das suas relações sociais, representa um exercício doloroso, pois havia já erigido um muro de silêncio sobre o passado.

*no puedo decir muchas cosas, que ya lo tengo olvidado... en fin, qué decirte, pasamos mucho, mucho, mucho... (Gracia)*

Seu pai foi um “vencido da guerra”, socialmente estigmatizado como “rojo”, despojado dos seus bens, desterrado, excluído do mundo do trabalho, vigiado, deixando como herança a desagregação familiar, o infortúnio, as privações e as suas memórias.

*Rojo de toda la vida, y como niña lo había sentido eso, como si fuera una vergüenza, yo no sé, esa cosa que te señalaban, y no podías hablar nada, y mandaban callar unos a los otros para que no hablaran mucho... (Gracia)<sup>80</sup>*

Para Gracia e Jacinto o regresso do pai afigurou-se ao longo de décadas como uma realidade imaginada, concretizada em 1948 depois de libertado da prisão de Puerto de Santa María. Mas na memória resta apenas o vazio imenso

---

<sup>79</sup> BOURDIEU, Pierre (2001): “A Ilusão Biográfica”, in *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, p.59.

<sup>80</sup> Excerto da entrevista realizada em Badajoz, no dia 4 de Outubro de 2008.

da separação, da fragmentação familiar, recordada em uníssono pelos dois irmãos:

*Todos los años que he andado en esto, hemos tenido que estar viviendo una vida mala, cada uno por un lado, nunca hemos podido estar juntos. (Jacinto) Toda la vida separados. (Gracia) Una desgracia que se ha pasado. (Jacinto) Todo eso ya pasó Jacinto, todo se pasó. (Gracia)*

“A Espera”, título do poema escrito por Fermín em 1940, representou uma mensagem de esperança, a utopia do reencontro familiar, memorizada palavra por palavra por ambos os irmãos. Ao longo do tempo a “Espera” ocultou um sentimento de injustiça silenciado pelo medo e o vazio de um passado estilhaçado, interiorizado na memória de cada um, de forma a poderem “viver e sobreviver”. Jacinto reconstrói o passado exaltando os seus pensamentos e emoções através da poesia. Gracia tece uma trama de olvido, encerrada no silêncio da fé a um Deus de resignação e de sofrimento. Mas se por um lado existe uma razão psicológica para olvidar, naqueles que viveram os acontecimentos e têm de seguir as suas vidas, por outro, existem razões políticas, conscientes do poder subversivo da memória, que as administram em função de interesses políticos presentes<sup>81</sup>.

Narotzky e Smith dizem-nos que no presente as memórias privadas continuam a resistir à tradição hegemónica da história contemporânea espanhola. Contudo, no sentido de se tornarem numa base para a acção política, é necessário tornarem-se memórias públicas colectivas para enquadrar no presente. As memórias silenciadas têm de ser transformadas em pontos de ligação, numa versão diferente do passado, uma versão que possa ser coerentemente utilizada como um guia para o futuro<sup>82</sup>.

O percurso de Fermín Velázquez serve-nos para compreender o processo de repressão e de violência instituído aos “vencidos da guerra”, repercutido na vida dos seus familiares. Mas também nos permite compreender o silêncio na

---

<sup>81</sup> MATE, Reyes (2004): “Por una cultura de la memoria”, in *El Canal de los Presos (1940-1962). Trabajos forzados: de la represión política a la represión económica*, Barcelona Crítica, p. XLI.

<sup>82</sup> NAROTZKY, Susana & SMITH, Gavin (2002): “Being politico in Spain. An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics”, in *History & Memory*, Indiana University Press, p.221.

sociedade espanhola, em que olvidar representou uma estratégia de sobrevivência para os represaliados da guerra e suas famílias continuarem a viver, assim como uma forma de consentimento social que permitiu a manutenção de uma ditadura de quarenta anos.

Para as gentes da raia a fronteira constituiu sempre um recurso, uma alternativa económica, um lugar de exílio, onde as diferenças se diluíam através de redes sociais, propiciando a manutenção de solidariedades transfronteiriças. Como refere Paula Godinho, relativamente à raia galaico-portuguesa, os poderes políticos centrais de Lisboa e de Madrid “são quotidianamente ultrapassados por solidariedades locais, assentes em lealdades distintas”<sup>83</sup>. Paralelamente a uma “fronteira política”, cerrada e vigiada, permaneceu aberta uma “fronteira quotidiana”<sup>84</sup>, reactivada pela conjuntura económica, sobrepondo as relações sociais entre populações fronteiriças à lógica repressiva dos Estados Ibéricos. Apesar dos mecanismos de repressão social as memórias de portugueses e espanhóis preservam a “história vivida” de um tempo silenciado, e quando se abre uma brecha no muro de silêncio o passado irrompe, traduzindo a mágoa que nunca passou, de um “olvido lleno de memória”.

---

<sup>83</sup> GODINHO, Paula (2004): ““Maquisards” ou “atracadores”? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, in *O Cambedo da Raia - Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica, p.174.

<sup>84</sup> MONCUSÍ FERRÉ, Albert (1999): “De la frontera política a la frontera cotidiana en una comarca del Pirineo”, in *Globalización, Fronteras culturales y Políticas y Ciudadanía*, VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, pp. 119-128.